



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia nove de julho de dois mil e treze, às doze horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador José Geraldo Guedes. O Senhor Presidente solicitou ao Plenário, e este autorizou, a dispensa do Hino Nacional. Logo após, lembrou que ficou acertado que as Atas seriam encaminhadas aos gabinetes, e colocou a Ata da Reunião Extraordinária do dia quatro de julho de dois mil e treze em discussão. Nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. Antes de proceder a leitura das correspondências, o Senhor Presidente comunicou que o Ofício nº 074/2013/GABIP seria encaminhado aos gabinetes no decorrer da semana. Dando sequência o Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Ofício nº170/2013/SEMED/JLR, da Secretaria Municipal de Educação, em resposta ao requerimento nº 08/2013 da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, informando que o referido requerimento será atendido a partir do 2º semestre de 2013.; 2) do senhor Marcelo Barbosa Silva, pedindo à Câmara Municipal que solicite ao Ministério Público de Minas Gerais a atualização de toda a documentação referente às questões socioambientais do bairro Mina G'água. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário a leitura do Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada



de Contas, referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 241/2013, autoria da Mesa Diretora, que “Aprova as Contas do Município de Nova Lima relativas ao exercício de 2011”. O Senhor Presidente consultou ao Plenário o qual autorizou que este projeto fosse votado na segunda parte da reunião. Continuando, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação as emendas ao Projeto de Lei nº 1.310/2013, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Exercício de 2014 e dá outras providências.” O Senhor Presidente informou que as emendas ainda não tinham sido assinadas pelos vereadores Fausto Niquini e Maria Ângela Dias Lima Pereira. Ambos assinaram as emendas. Em votação, as emendas foram aprovadas por oito votos e inseridas ao projeto. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os Projetos: 1) Projeto de Lei nº 1.310/2013. Em discussão a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou que em seu entendimento, a LDO retrata as macro diretrizes do governo para o ano de dois mil e quatorze e, de acordo com seu entendimento jurídico, pensa que os vereadores não deveriam colocar valores, nem percentuais no projeto e que nesse projeto há um percentual, mas que mesmo assim assinaria as emendas e votaria de acordo com a Casa. O Senhor Presidente disse que como os dez vereadores assinaram as emendas isso significa que todos concordam com o que foi discutido. Disse que as emendas não são definitivas e que se o prefeito quiser conversar com os vereadores sobre elas, elas poderão ser revistas, até porque este projeto é válido para o ano de dois mil e quatorze, no próximo ano, a história é outra, além de haverem mais três anos ainda. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 2)



Projeto de Decreto Legislativo nº 241/2013. Em primeira e única votação, projeto aprovado por oito votos e encaminhado à promulgação. Continuando a reunião, o Senhor Presidente perguntou aos vereadores se gostariam de fazer algum requerimento verbal. Em seguida o vereador Silvânio Aguiar solicitou a palavra lembrando que requereu que fosse feita uma alteração na Lei de Incentivo à Cultura do município. Falou que a partir daí algumas ações foram criadas e foram assumidas pelo Secretário Municipal de Cultura, que culminaram com uma ação específica que é a Conferência Municipal de Cultura. O vereador Silvânio disse que foi solicitado que se respeitasse aqueles artistas e aquelas pessoas que não têm condições de participar de uma Conferência de Cultura em plenas quinta e sexta-feira, durante o dia. Lembrou que as pessoas trabalham, tem mais o que fazer. Frisou que a Conferência é importante para o município, mas não entende o porquê desta Conferência ser feita em um dia de semana e no horário comercial, horário em que todos estão trabalhando. Falou que é necessário que as pessoas participem das conferências municipais, mas que possam participar dentro das condições que elas têm, porque, apesar de serem artistas, apesar de muitas pessoas viverem parte da arte, as pessoas trabalham, elas têm os seus trabalhos, e essa Conferência, vai tratar dos próximos dez anos, é um planejamento para os próximos dez anos da cultura do município de Nova Lima. O vereador Silvânio afirmou que se terá uma elite no município, que já vive da cultura e vive bem da cultura, que tem tempo de participar de uma Conferência durante o dia, definindo os rumos da cultura do município para os próximos dez anos. Solicitou aos vereadores que o ajudassem a alertar o prefeito e o Secretário Municipal de Cultura, para que fosse revista a



possibilidade de a Conferência, que já estava marcada para quinta e sexta-feira, pois assim teria a possibilidade de uma maior participação do cidadão, que é artista, que vive da cultura, mas que muitas vezes tem que trabalhar para complementar o seu salário. O vereador Silvânio disse que os vereadores já foram desrespeitados, porque fizeram as pré-conferências durante o dia, nos bairros José De Almeida, Jardim Canadá e Vale do Sol. Falou que foi feita uma pré-conferência à noite, na qual o Teatro Municipal ficou lotado, e ainda assim foi feita a solicitação para que o Secretário pudesse rever a data da Conferência, mas mesmo assim ele “bateu o pé” e manteve a data da Conferência para quinta e sexta-feira, no horário comercial, horário em que todas as pessoas estão trabalhando. Disse não entender o porquê de o Secretário fazer essa conferência especificamente nesse dia. Falou que o Secretário é seu amigo, pertence ao mesmo partido que o vereador e é uma pessoa que tem muita sensibilidade. Contou que ouviu dizer que uma pessoa muito importante virá de Brasília para fazer uma palestra, e a conferência sendo nesses dias “casa” com a agenda dele. O vereador Silvânio disse que a população não tem que se submeter à agenda de um “figurão” que vem de Brasília para dar palestra em Nova Lima. O requerimento foi aprovado por oito votos. Em seguida o Senhor Presidente fez um requerimento em nome de toda a Casa, dizendo que foi procurado pelo senhor Antônio, que se encontrava presente na reunião, representante e morador há muito tempo do bairro Mina D’água, pelo que está acontecendo lá. Falou que ocorreu uma reunião no domingo, na qual ficaram definidos alguns entendimentos. O Senhor Presidente disse que o ideal seria montar uma Comissão, que qualquer vereador que quisesse participar poderia participar porque, quanto mais poder político



tiver nesta comissão, melhor será para a população, que está extremamente castigada, pois é neste local que está acontecendo um dos maiores absurdos em termos de Morro Velho. Disse que ficou sabendo pelos vereadores que estavam na reunião, André Vieira, Leci Campos, Silvânio Aguiar, e pelo Horácio, que estava representando a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que a Morro Velho está causando um caos no local, liquidando os imóveis do cidadão, crianças têm nascido doentes, etc. Explicou que não é da área, não sabe como tratar desse assunto. Questionou desde quando a prefeitura paga o aluguel dos moradores deste local, não que as pessoas não mereçam, mas é a Morro Velho que tem obrigação de pagar esse aluguel, não a prefeitura, e acaba que a prefeitura está fazendo uma coisa que não é responsabilidade dela. O Senhor Presidente lembrou que existe uma decisão da CPI da Assembleia Legislativa que foi feita na época, e que de acordo com algumas pessoas, existem alguns que não representam a população que vive lá, estão “doidos” com o acordo para “colocarem a mão no dinheiro”, mas isso não é o que o povo quer, o povo quer ter uma coisa justa. Em discussão o vereador Silvânio Aguiar disse que gostaria de acrescentar ao requerimento que a prefeitura cobre da Anglo Gold todo o aluguel retroativo que ela está pagando para essas casas que são da Morro Velho, pois, na verdade, quando a prefeitura faz esse aluguel social para os moradores ali, ela está beneficiando, em última instância a Anglo Gold, que colocou aquelas pessoas de uma forma que ela já sabia que ia ter problema. O vereador Silvânio ressaltou que isso não significa que a prefeitura deva deixar de pagar o aluguel social para estas pessoas, é para cobrar da Morro Velho o pagamento retroativo. O vereador André Luiz Vieira da Silva ressaltou, para que não haja mal



entendido, que o pedido é apenas para fazer a cobrança à Morro Velho, mas em momento algum a prefeitura deve deixar de continuar com o apoio que está dando lá, de aluguel social. Disse que a prefeitura está resolvendo um problema que é emergencial, está resolvendo um problema da população. Falou que a prefeitura está errada a ponto de assumir um problema que é da Morro Velho, mas está certa a ponto de estar resolvendo um problema da população. O Senhor Presidente afirmou que no requerimento constará o pedido para que a prefeitura não tire o aluguel enquanto a Morro Velho não assumir o aluguel e depois que a Morro Velho assumir o aluguel, que ela tire, entre na justiça e a Morro Velho possa ressarcir esse dinheiro público que é de todo cidadão. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse que sua preocupação é exatamente essa, que a prefeitura “pegue carona” em uma reclamação dos vereadores e de repente a população saia prejudicada. O Senhor Presidente afirmou que a população não será prejudicada, pois o aluguel não será retirado, enquanto não for resolvido esse problema perante a justiça. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse que a preocupação do vereador André é muito pertinente, pois a mídia, de repente, pega, não de forma maldosa, mas às vezes pega fora do contexto e pode falar que os vereadores querem acabar com o aluguel social da Mina D’água, e que isso não é verdade, não tem nada a ver com isso. Falou que tem a consciência muito tranquila de que a população viu os vereadores no dia da reunião e que verá a repercussão do trabalho aqui e que é descabido acabar com o aluguel uma vez que a população necessita dele. O requerimento foi aprovado por oito votos. Prosseguindo, o vereador Silvânio Aguiar solicitou um requerimento verbal em nome de toda a Casa. Disse que de acordo com a



correspondência do senhor Marcelo Barbosa Silva, que foi lida no início da reunião que esta Casa Legislativa solicite ao Ministério Público de Minas Gerais a atualização de toda a documentação referente às questões socioambientais do bairro Mina D'água. O Senhor Presidente disse que acha melhor formar uma comissão para que se possa resolver essa questão. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse que a comissão é importante, pois o problema da Mina D'água é uma questão que vem desde 1998, quando esteve na Casa como vereadora e participou ativamente com a comunidade. O Senhor Presidente falou que irá nomear a comissão para averiguar se algum deputado que aprovou o parecer que se encontra na Assembleia Legislativa nessa época ainda está lá. Disse que é interessante procurar para fortalecer essa demanda e adiar o que pretendem fazer na "calada da noite". Nomeou os vereadores Leci Alves Campos, Silvânio Aguiar Silva, André Vieira da Silva e Maria Ângela Dias Lima Pereira para a comissão, mas ressaltou que é necessário que se olhe com o Procurador da Casa se essa Comissão poderá ser formada por quatro parlamentares, se não puder, um será retirado. Afirmou que a Câmara irá trabalhar, que irá se reunir com o senhor Antônio e convocar uma Audiência Pública, convocando o chefe do Executivo, a Morro Velho, a Promotora e, caso encontrem algum deputado que assinou o parecer, que este venha também. O Senhor Presidente disse que mora em Nova Lima há vinte anos e embora não esteja acusando ninguém, duvida que os silicóticos ganharam algum processo em Nova Lima. Requerimento aprovado por oito votos. Continuando, o Senhor Presidente registrou a presença dos ex-vereadores Ronaldo Faria e Aquiles da Franca. O vereador Fausto Niquini Ferreira lembrou que no dia dezesseis de julho o



Estado de Minas Gerais completará mais um ano de existência. Recordou que do Estado de Minas Gerais saíram vários presidentes do Brasil. Disse que Minas Gerais contribuiu, e contribui, com as exportações de suas riquezas minerais. O vereador Fausto informou que compareceu à Assembleia Legislativa para entregar mais de três mil assinaturas para o Projeto de Lei “Assine + Saúde”, sendo que Minas Gerais foi o Estado que mais contribuiu com número de assinaturas, com seiscentas mil assinaturas. Disse que Minas Gerais é seu Estado natal e parabenizou por mais esse ano de existência. Prosseguindo, o vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento verbal dizendo que o que está instalado no Conselho Tutelar de Nova Lima hoje é uma vergonha. Falou que existem notícias de que estão repetindo provas para as pessoas que não passaram. Afirmou que nunca viu isso em sua vida, em lugar nenhum. Disse que se a Administração tivesse ouvido essa Casa no momento oportuno, quando foi encaminhado o requerimento para o prefeito, dando a ele todas as condições de entender o que estava acontecendo com o Conselho Tutelar, e que ele pudesse auxiliar os vereadores nesse processo, ao invés de não ter tido a paciência de olhar o requerimento e deixar esse processo desencadear nisso que tem sido visto pela cidade. O vereador Silvânio Aguiar disse que é necessário cobrar do prefeito um olhar mais aproximado, com uma luta mais forte para essa questão do Conselho Tutelar em Nova Lima, que presta um trabalho extremamente importante, e que vem sendo deixado de lado aí, por questões legais. Afirmou que se tivesse adequado a lei, não teriam nenhum desses processos. Falou que fica parecendo que o Conselho Tutelar quer ficar mais dois anos, mas se esquecem que, o mais importante, que é a ponta, que é o menino que está na rua



sofrendo, que é o menino que está na rua sendo abusado, ele está sendo deixado de lado. Disse ter notícias, que serão apuradas pela Comissão de Direitos Humanos, sobre crianças que sofreram abusos dentro das Casas Lares da prefeitura. Não somente abuso sexual, abuso de poder também, colocando pessoas para trabalhar dentro das Casas Lares, por indicação política. O vereador Silvânio Aguiar lembrou que já existe um problema sério com as crianças e os adolescente e, dentro de uma instituição que teoricamente teria que estar olhando com um olhar mais afinado, isso não está sendo feito, senão Nova Lima terá um futuro que não será muito interessante. Em discussão o vereador Leci Alves Campos cumprimentou a representante do Conselho Tutelar, a senhora Islei Peixoto, que esteve juntamente com ele e a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, e a Amábile Scoralick e uma representante do Jardim Canadá, foi feita uma reunião com o prefeito, e o colocaram a par de tudo o que estava acontecendo, sobre a resolução do Conselho. Afirmou que presenciou ao saber da prova de recuperação. Disse que o prefeito afirmou que irá acompanhar e dar retorno, mas que, em virtude da resolução, terá que dar continuidade, uma vez que foi um ato público, mas que irá verificar o remanejamento e a ampliação do período, pelo menos das pessoas, para que tenha, no mínimo, dez membros do Conselho de Nova Lima sede, e dez membros do Jardim Canadá. Sendo que são cinco titulares e cinco suplentes. Afirmou ainda que se for montada uma comissão para averiguar a questão da Casa Lar, irá querer participar. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse que será discutido com a Comissão de Direitos Humanos. O vereador Leci Alves Campos lembrou que é membro da Comissão de Direitos Humanos e tem certeza de que o presidente, vereador Gilson



Antônio Marques é muito sério e irá convocar todos para tratar do assunto. O vereador Silvânio Aguiar Silva reafirmou que a Casa precisa ser respeitada, mas, principalmente, as instituições da cidade precisam ser respeitadas. Disse que não é necessário ir ao prefeito para pedir, como se fosse um favor, pois é uma coisa que está na lei, que vários municípios já fizeram. Falou que o prefeito não poderá dizer que não foi avisado, pois foi alertado. Afirmou que em vinte e três anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, houve evoluções, melhorias, mas Nova Lima precisa avançar muito mais, porque é uma vergonha ter conhecimento de que uma pessoa foi lá, fez a prova, não passou e como não tem outro para a vaga, vai deixar ele fazer a prova outra vez, uma segunda oportunidade. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou que é necessário verificar se houve um segundo edital, para a nova chamada, porque teve o primeiro edital, as pessoas se inscreveram e fizeram a prova e se houve um segundo edital, as pessoas que perderam, elas poderiam fazer a prova. O vereador Leci Alves Campos disse que houve um aditamento do edital. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou que então é necessário tomar providências, porque a cidade precisa de um Conselho Tutelar de qualidade. Falou que o Conselho Tutelar não é só ter cinco pessoas lá participando, é necessário ter cinco pessoas lá, participando, que sejam competentes, disponíveis, para conhecer realmente o trabalho que vai ser feito. Afirmou que as pessoas vão fazer a prova, passam, mas chegam lá, veem que não era o que pensavam e saem, sendo assim, é necessário que se esclareçam as pessoas que se inscrevem sobre o que é trabalho do Conselho Tutelar, das responsabilidades, pois, hoje, os conselheiros são responsáveis por oitocentas famílias, e isso é muita coisa. O vereador Silvânio



Aguiar disse que que a ênfase em sua fala não é tanto nesta questão e sim que o prefeito já foi alertado para esse processo. E que, como o requerimento enviado à prefeitura não foi atendido isso irá afetar “os bolsos” das pessoas, pois o processo foi todo pago, teve uma licitação para isso acontecer, agora irá acontecer outra, ou possivelmente um aditamento, mas o dinheiro vai sair dos cofres públicos de qualquer maneira. O vereador Gilson Antônio Marques falou que há denúncias de que as indicações dos conselheiros são feitas pela vice-prefeita. Frisou que a vice-prefeita quase tirou a eleição do atual prefeito. Disse não entender o porquê de o prefeito deixar a vice-prefeita governar em paralelo. Afirmou que é necessário tomar cuidado senão a cidade vai para o “buraco”, e os vereadores serão responsabilizados. Convocou a reunião da Comissão de Direitos Humanos, juntamente com o vereador Silvânio Aguiar e com o Conselho Tutelar, para que sejam ouvidos e as medidas necessárias sejam tomadas. O vereador Flávio de Almeida disse que participou de uma reunião com o Procurador da Casa e que foi alertado sobre a questão de requerimentos, pois existe uma lei federal. Falou que quando o vereador faz um requerimento para o prefeito, deixa de fazer o que a Casa deveria fazer, que é o correto. Afirmou que os vereadores tem que exigir do prefeito o cumprimento, não tem que pedir, senão a Casa perde o sentido. Lembrou que a Câmara é a Casa do Povo e é onde o povo vem buscar o apoio. Disse que quando o conselho veio buscar o apoio, não veio pedir para fazer um requerimento e sim para se fazer cumprir uma lei federal, senão, continua uma bagunça. Não respeitam o Poder Legislativo Municipal nem o Federal. O vereador Flávio de Almeida disse que é necessário que os vereadores façam valer o direito que o povo os concedeu de legislar,



senão irão ficar “brincando” novamente. Falou que é necessário exigir do prefeito que se cumpra a lei e se a vice-prefeita está indicando pessoas é errado, porque quem detêm a caneta é o prefeito, assim como quem detêm a caneta na Câmara Municipal é o Senhor Presidente. Afirmou que a lei tem que ser cumprida, não tem que “pegar”, e é com urgência, não é “para amanhã”. O vereador André Vieira lembrou que a discussão sobre a prorrogação do mandato para mais dois anos está na Assembleia Legislativa e que é importante pegar a documentação toda que existe hoje, se reunir com os conselheiros, que são as pessoas mais bem preparadas para auxiliar os vereadores nesse processo e que a Casa deve assumir essa questão, porque ficaram esperando alguma atitude da prefeitura e não deu em nada. O vereador Silvânio Aguiar Silva retificou a sua fala a respeito da vice-prefeita, dizendo que isso foi dito por algumas pessoas, que tentou apurar isso com o Secretário de Serviço Social e que ele desconversou, mas não deu a resposta. Falou que como a imprensa estava presente no Plenário era perigoso ficar afirmando as coisas. Disse que não estava dizendo que a vice-prefeita indicou pessoas e sim que a população venho à Casa reclamando que pessoas têm sido indicadas pela vice-prefeita, mas disse não ter provas de que foi ela quem indicou “A”, “B” ou “C”. Afirmou que é necessário cobrar que a lei seja cumprida e que o requerimento é uma forma de cobrar o prefeito na base da amizade, e se não funcionar, será feito de outras formas, utilizando as ferramentas que a Casa possui para fazer com que o prefeito encaminhe para o Poder Legislativo um Projeto de Lei para que seja analisado. O vereador André Vieira lembrou que na questão do Conselho Tutelar não cabe indicação, é por meio de eleição. Disse que qualquer pessoa pode fazer a prova e depois vai para a



votação. O vereador Silvânio Aguiar explicou que aconteceu um desentendimento, pois a questão é sobre a Casa Lar. Disse que o Conselho Tutelar atua muito acompanhando o pessoal da Casa Lar. Falou que quando se referiu à Casa Lar, queria dizer sobre um abuso sexual que ocorreu dentro de uma Casa Lar. Afirmou que as pessoas que estão dentro das Casas Lares são despreparadas em função de não terem sido melhor avaliadas na hora da contratação. Requerimento aprovado por oito votos. Prosseguindo a reunião, o vereador Gilson Antônio Marques propôs um requerimento verbal, cobrando do Executivo a resposta de um requerimento feito, solicitando a cópia do edital do concurso público que insere o cargo de serralheiro, pois houve denúncia de que chamaram um serralheiro na frente. Lembrou que esse requerimento foi feito há aproximadamente quatro meses e a Casa ainda não obteve a documentação solicitada para análise. Requerimento aprovado por oito votos. O Senhor Presidente disse que há treze anos luta na Casa, e tem certeza de que outros vereadores também o fazem, como os vereadores Leci Campos e Flávio de Almeida, sobre a habitação em Nova Lima. Falou que passa ano, entra ano e as pessoas estão sem casa em Nova Lima, pois nada se resolve, nada anda. Lembrou que o dinheiro para a habitação não vem da prefeitura e sim do Governo Federal, é só ter boa vontade para se encaminhar e acontecer, mas não acontece. Afirmou que a cidade precisa de cinco mil casas populares, pois algumas pessoas estão morando em “puxadinho”, está o caos. O Senhor Presidente esclareceu que o vereador José Geraldo Guedes não compareceu à reunião, pois foi ao médico, disse que, entretanto, o vereador estava convicto da decisão unânime dos dez vereadores a respeito da emenda e do Projeto de Lei sobre as Diretrizes Orçamentárias, tendo,



inclusive, assinado as emendas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião._